Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Prioridades de Motta e Alcolumbre

A redução da maioridade penal em pauta e a recusa dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em viajar com Lula para a Turquia são movimentos casados que estão diretamente relacionados ao jogo que desejam empreender daqui para frente. Passada a eleição, a prioridade dos presidentes das duas Casas é recuperar o protagonismo do centro, que, na eleição, perdeu terreno para o PL bolsonarista.

Quem precisa de quem

A avaliação de senadores é de que, em 2027, Lula precisará mais de Alcolumbre e Motta do que precisou no atual governo. As dificuldades na economia e o crescimento dos conservadores não deixam outra saída senão a reeleição de ambos. Mas, antes, Alcolumbre e Motta precisam estar fortes nas casas que comandam. No caso de Motta, está mais fácil.

Daqui para frente...

Lula terá que esperar outras vagas no STF para indicar Jorge Messias. O nome do advogado-geral da União não passou antes da eleição e não passará agora. E se ficar para 2027, será pior.

... tudo vai ser diferente

O presidente pode até querer indicar alguém mais próximo a ele. Porém, se quiser uma boa convivência no Congresso, terá que indicar um nome mais palatável. Pelo menos, por enquanto, a ideia dos partidos de centro é não dizer amém a tudo o que vier do Poder Executivo.

O novo jogo do bolsonarismo

Ninguém ouvirá dos bolsonaristas-raiz que desistiram de promover o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Porém, a derrota de Flávio Bolsonaro por 4 milhões de votos fez pelo menos parte da bancada ter a certeza de que levar esse plano adiante daria ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a possibilidade de indicar mais um ministro ao STF. A ordem agora é apostar na anistia dos condenados pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Quanto aos processos de impeachment, a nova estratégia será denunciar o "sistema" como culpado pelas dificuldades para promover a retirada de ministros da Corte. E, também, de pressionar os integrantes do Supremo para que resolvam os casos daqueles que tiveram alguma relação não republicana com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Essa será a toada de 2027, especialmente, se Rogério Marinho (PL-RN) não se eleger presidente do Senado.



Enquanto isso, no STF.../ O arquivamento do Inquérito das Fake News tirou fôlego de Alexandre de Moraes, mas isso não significa que o presidente Edson Fachin terá vida fácil para promover qualquer ação contra seus pares na Corte. A ordem para que sejam refeitos os relatórios sobre o envolvimento de ministros no caso Master fez com Fachin ganhasse tempo pra tentar evitar que se repita o que houve em meados do ano, quando o caso de Moraes seria discutido em plenário. A avaliação de alguns é de que a tensão continua. E Fachin está longe de conseguir um clima ameno para discutir esses temas — inclusive, a implantação de um código de ética. Se nada for resolvido até o fim do ano, 2027 chegará com os mesmos problemas de 2026.

CURTIDAS

E dá-lhe delação/ Crescem as apostas sobre uma possível delação premiada de Humberto Pradera, o ex-funcionário do Superior Tribunal de Justiça acusado de repassar informações sobre processos ao advogado Willer Thomaz, sócio do ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão e amigo de Flávio Bolsonaro.

Cortes e crise/ As dificuldades fiscais do governo vão atingir as emendas parlamentares no ano que vem. Se o corte for grande, será uma das crises contratadas entre Lula e o Congresso.

Ed Alves/CB/D.A Press



A missão de Renan/ Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Renan Calheiros (MDB-AL, **foto**) quer concluir seu mandato com a entrega dos temas pendentes da Reforma Tributária. Assim, deixará o Senado com discurso para apresentar aos eleitores, especialmente, quando os mais pobres começarem a receber de volta a parcela do imposto sobre bens e consumo.

Brasília Summit/ Com o tema "Inteligência Artificial, Regulamentação e Competitividade", o 9º Brasilia Summit Lide **Correio Braziliense** reúne hoje, no Brasília Palace, a partir de 8h, o presidente do STJ, Luís Felipe Salomão, e o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso para apontar os caminhos do Brasil nesse assunto que, a cada dia, toma mais espaço no mundo em todas as aéreas do conhecimento. O evento será transmitido ao vivo pelas redes sociais do **Correio** e pela TV Lide. Acompanhe ainda a cobertura completa no jornal impresso de amanhã.

PODER

PF prende fonte de Willer no STJ

Humberto Pradera é investigado por passar, antecipadamente, dados de ações e decisões para advogado ligado a Flávio Bolsonaro

» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, Humberto Fontoura Pradera, ex-secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele é suspeito de utilizar o acesso privilegiado à estrutura da Corte para repassar informações sigilosas ao advogado Willer Tomaz, apontado pelos investigadores como destinatário de dados antecipados sobre processos judiciais. A prisão foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Operação Linceu.

Pradera tinha sido alvo da primeira fase da operação, em 19 de outubro, quando agentes federais cumpriram mandados de busca e apreensão em um endereço ligado a ele, em Brasília. Na ocasião, o STJ também abriu um procedimento interno para apurar as suspeitas. O ex-servidor foi exonerado da função em 16 de outubro. A investigação apura possíveis crimes de violação de sigilo funcional, peculato eletrônico, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro.

Um dos principais elementos reunidos pela PF são conversas entre Pradera e Tomaz. Nas mensagens analisadas, o advogado chama o ex-servidor de "irmão", o que, na avaliação dos investigadores, demonstra a proximidade entre os dois e a existência de um canal informal de comunicação dentro do STJ. Os diálogos também indicariam que o advogado tinha liberdade para tratar de assuntos relacionados à Corte e combinar visitas sem seguir os procedimentos institucionais habituais.

Entre os registros encontrados, está uma fotografia enviada por Pradera ao advogado. A imagem mostrava um documento jurídico de 17 páginas que tratava de recursos e apontava para a rejeição de alguns deles. Depois de receber o material, Tomaz perguntou ao ex-servidor qual era o número dos processos mencionados. Para a PF, a troca de mensagens indica o compartilhamento de conteúdo processual acompanhado de informações sobre possíveis consequências jurídicas. A corporação suspeita que o documento tenha sido acessado antes de sua divulgação oficial.

Os investigadores também identificaram indícios de que o escritório de advocacia de Tomaz recebia antecipadamente minutas de decisões do STJ e pareceres do Ministério Público Federal (MPF). Em determinadas situações, as informações sobre os resultados de julgamentos teriam chegado à defesa antes da publicação oficial, permitindo eventuais mudanças na condução dos processos. A apuração busca esclarecer a extensão do acesso irregular e se houve contrapartidas pelo fornecimento dos dados.

Reprodução/Facebook pessoal



Pradera é investigado há tempos pelos federais. Ele foi exonerado em outubro da função que ocupava

O inquérito que levou Pradera à prisão também investiga uma possível ligação entre Tomaz e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em um suposto esquema de lavagem de dinheiro. A apuração teve origem em uma investigação da PF no Rio Grande do Sul sobre suspeitas de evasão de divisas e lavagem de recursos por meio de plataformas de apostas esportivas. Durante as diligências, os agentes identificaram indícios de que o advogado teria ligação com a Rede Loto, empresa do setor de apostas que recebeu autorização do governo do Rio de Janeiro para operar em maio de 2023.

A análise do material obtido após a quebra do sigilo telemático do advogado revelou mensagens, e-mails e outros registros que apontaram vínculos com Flávio. A identificação das conexões levou ao encaminhamento da investigação ao STF, em razão do envolvimento do senador. A PF agora busca esclarecer se as relações identificadas fazem parte de uma estrutura mais ampla de movimentação irregular de recursos e obtenção de vantagens.

Quando as suspeitas sobre o suposto vazamento de informações vieram a público, Tomaz negou ter obtido acesso irregular a decisões judiciais ou interferido no conteúdo de manifestações do Ministério Público. Flávio, por sua vez, classificou a investigação como "fake news". As suspeitas ainda são objeto de apuração.

CONGRESSO

Senado vota hoje MP das dívidas rurais

» LUÍZA ALTOÉ

O Plenário do Senado vota hoje, na data-limite, o relatório da medida provisória (MP) que trata da renegociação das dívidas rurais. Entre outros pontos, a proposta permite a criação de linhas de crédito para ajudar produtores rurais a pagar ou renegociar dívidas.

O texto incorporou mudanças defendidas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) após negociações com o relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e representantes do governo. Uma das principais mudanças foi a alteração do marco inicial da inadimplência, que passou de 1º de janeiro de 2024 para 1º de janeiro de 2021. A medida possibilita incluir operações em atraso há mais tempo.

Foram reduzidos os percentuais mínimos de perdas nas áreas de atuação da Sudam, da Sudene e da Sudeco, de 30% para 25% e de 40% para 35% nos casos mais graves. A proposta ainda ampliou o uso de laudos coletivos para comprovação de perdas, antes restrito a beneficiários do Pronaf e do Pronamp.

O relatório também alterou os prazos de contratação de determinadas linhas de renegociação, que passam a ser contados a partir da regulamentação da futura lei. Até o momento, do total de R$ 100 bilhões destinados à renegociação, apenas cerca de R$ 23 bilhões foram contratados. Por isso, os parlamentares buscaram uma ampliação do tempo e das condições, para possibilitar que mais produtores tenham acesso à renegociação.

Durante a votação na comissão mista, os parlamentares ligados ao agronegócio destacaram que o texto atende, em parte, as demandas do setor. A senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da FPA, fez um apelo ao governo para que não haja vetos presidenciais à matéria. "É muito importante que o veto não seja feito", pediu.

"O ótimo é inimigo do bom. É o que conseguimos até o momento. O que queríamos muito é a questão do fundo garantidor — faltou isso. Vamos trabalhar nisso em uma lei complementar. Porém, avançamos bastante nesse relatório", avaliou o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR).

Com a votação na data-limite, isso impede que a MP perca efeito após a vigência.